

PROJETO PROLICEN

Ler textos: uma atitude interdisciplinar dentro e produzir e fora da escola

Período de Realização: Períodos 2017.1 e 2017.2

PROFESSORES PARTICIPANTES

Professora Coordenadora do Projeto: Josete Marinho de Lucena

Doutora em Linguística pela UFC.

Professora da graduação do curso de Letras – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFPB.

Fones: (83) 98707.4859

E-mail: josetemarinho.ufpb@gmail.com

Professor colaborador: Eliana Vasconcelos da Silva Esvael

Doutora em Letras pela USP.

Professora da Graduação do Curso de Letras – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – UFPB.

Fones: (83) 998375426

E-mail: maxiel@uol.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
JUSTIFICATIVA	05
PROBLEMATIZAÇÃO	07
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
OBJETIVOS.....	13
METODOLOGIA	14
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20

RESUMO

O projeto PROLICEN 2017 intitulado *Ler e produzir textos: uma atitude interdisciplinar dentro e fora da escola* apresenta-se como uma ampliação do trabalho iniciado no Prolicen 2016, visto que o trabalho de forma interdisciplinar, apesar de relevante, ainda não encontra abertura suficiente para que se efetive nem na Universidade, especificamente, nas/entre as licenciaturas, nem nas escolas. Desta forma, nesta segunda edição, o projeto objetiva promover um diálogo entre as licenciaturas na UFPB, bem como analisar e fomentar o trabalho interdisciplinar com a leitura e produção escrita no ensino básico, vendo o texto como objeto de ensino do componente curricular língua portuguesa que é usado em todos os outros componentes da matriz curricular. Realizaremos encontros com professores e alunos da UFPB para discutirmos possibilidades de aproximarmos o áreas e componentes curriculares; elaboraremos e aplicaremos oficinas que visem a compreensão de como se dá e como pode acontecer essa interdisciplinaridade nas escolas e na Universidade.

PALAVRAS-CHAVE:

Interdisciplinaridade – leitura e escrita- Língua Portuguesa – Formações inicial e continuada

APRESENTAÇÃO

A palavra interdisciplinaridade tem sido usada com muita frequência desde o final da década de 1980 nas atividades da área de educação para contrapor-se à ideia de “disciplinar”, de blocos de disciplinas do currículo escolar. Desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) ao atual texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2016) tem-se fomentado a proposta de elaboração e implementação de projetos interdisciplinares. Entretanto, ao que tudo indica, ainda é muito parca a efetivação dessas propostas, quer pela compreensão de como poderia (deveria) acontecer, quer pela “resistência” ainda presente nas escolas e universidades de promover o diálogo entre componentes curriculares¹ e/ou cursos de licenciaturas. É com intuito de compreender como a interdisciplinaridade tem ocorrido (ou não) dentro e fora da

¹ Componentes curriculares correspondem neste projeto a disciplinas escolares, quer no ensino básico, quer no ensino superior.

universidade que o projeto PROLICEN/2017 *Ler e produzir textos: uma atitude interdisciplinar dentro e fora da escola*, em sua segunda edição, propõe-se a realizar e fomentar pesquisa de como este tão propalado termo tem sido tratado (vivenciado) na UFPB, sobretudo, entre os cursos de licenciatura e nas salas de aula do ensino básico, bem como perceber o impacto (ou não) que a formação inicial tem causado nas escolas de ensino básico.

A inquietação mediante o uso do termo tem propiciado reflexões na área de Língua Portuguesa (LP), por entendermos que, a postura interdisciplinar poderia(á) trazer às ações pedagógicas (inclusive) mediadas pela linguagem, em que cada componente curricular teria um sentido mais abrangente do que e para que aprender a especificidade de cada componente e como essa aprendizagem pode e deve ser instrumentalizada dentro e fora da escola. Neste sentido, o presente projeto coloca no centro de todos os questionamentos a linguagem, materializada pelo texto, visto que todas as interações humanas acontecem por meio de textos orais ou não e, logicamente, que isso se repete no ambiente escolar, tendo a escola o papel fundamental de propiciar aquisição e aprimoramento da leitura e da escrita.

Ao falarmos em texto nos remete ao uso interdisciplinar e transdisciplinar que perpassa por esse objeto de ensino, pois assim como acontece na aula de Língua Portuguesa, todos os outros componentes curriculares utilizam-se da leitura e escrita de texto para ser trabalhado em sala de aula. Entretanto a abordagem é diferenciada, visto que o trabalho com o texto na aula de Língua Portuguesa, não é apenas discutir a temática abordada e as informações contidas no mesmo. Pois, quer na leitura, quer na produção de texto o foco é compreender e fazer-se compreender por meio de constituintes estilísticos (literários), linguísticos, expressivos, discursivos, contextuais, entre outros que o texto contém.

Para isso, além da pesquisa realizada nos cursos de licenciatura da UFPB, o projeto também será desenvolvido em salas de aula dos Ensinos Fundamental II e Médio, em escolas da rede pública municipal e/ou estadual nas cidades João Pessoa - PB, nas quais, além de observar como acontece ou não a interdisciplinaridade, proporemos elaboração e implementação de atividades didáticas que envolvam o componente curricular Língua Portuguesa e, pelo menos, mais um outro, com o qual possamos realizar a atividade mediada, sobretudo, pelo texto.

Inicialmente, acompanharemos o trabalho do professor de Língua Portuguesa e, se possível, proporemos realização de oficinas de leitura e produção textual, demarcando o espaço do textual numa atividade interdisciplinar. A realização dessas atividades na escola permitirá a inserção dos alunos bolsistas e/ou voluntários, o que poderá propiciar um aprimoramento na formação inicial do graduando de Letras da Universidade e da formação continuada dos Professores nas escolas.

Assim, em consonância com os objetivos de PROLICEN/UFPB 2016, o Projeto também tem o intuito de ajustar o diálogo estabelecido entre Escola e Universidade, trazendo a vivência do acompanhamento, enquanto prática pautada nas teorias que, após a aplicação e a avaliação dos resultados alcançados, suscitam novos pressupostos teóricos. Serão realizadas discussão de textos teóricos, elaboração e aplicação de oficinas sobre a compreensão do que é ensinar Língua Portuguesa no ensino básico, no que tange ao trabalho com o texto, no que concerne a aspectos linguísticos e literários.

O projeto será desenvolvido em consonância com os componentes curriculares Estágio Supervisionado do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV), que trata da docência em Língua Portuguesa para a Educação Básica. Ao mesmo tempo em que se inscreve no âmbito de ações a serem desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Estágio, Ensino e Formação Docente do CNPq.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de dar significado às ações pedagógicas e aos conteúdos disciplinares para além dos espaços escolares tem motivado a articulação e integração de componentes curriculares tanto na escola quanto na Universidade, por meio da elaboração de atividades e projetos interdisciplinares que permitam ao estudante brasileiro, sobretudo, do ensino básico, alcançar metas descritas em documentos oficiais. O texto preliminar da BNCC (2015, p.8) afirma que

A escola não é a única instituição responsável por garantir esses direitos, mas tem um papel importante para que eles sejam assegurados aos estudantes. Para que possa cumprir esse papel ao longo da educação básica serão mobilizados recursos de todas as áreas do conhecimento e de cada um de seus componentes curriculares, de forma articulada e progressiva, pois em todas as atividades articuladas aprende-se a se expressar, conviver, ocupar-se da saúde e do ambiente, localizar-se no tempo e no espaço, desenvolver a visão de mundo e apreço pela cultura, associar saberes escolares ao contexto vivido, projetar a própria vida e tomar parte na condução dos destinos sociais.

Ao prever o que é necessário realizar ao longo da educação básica, o documento retoma a ação interdisciplinar já descrita nas Diretrizes Curriculares Nacionais, nos PCN

e nas Orientações Curriculares Nacionais para Ensino Médio (OCEN), ressaltando a necessidade de que a aprendizagem dos conteúdos pertinentes a cada componente curricular e a cada área transforme-se (torne-se) significativos para a formação integral do aluno do ensino básico. Desta forma, a escola tem o compromisso de desfazer as famosas “caixinhas” em que se guardavam ou guardam as disciplinas usadas apenas dentro da escola e, muitas vezes trabalhadas apenas como treinamento para se fazer uma avaliação pontual, como temos acompanhado nos cursos de formação inicial e continuada do Estado da Paraíba.

Se por um lado a escola apresenta ainda dificuldade a se adequar ao que preveem os documentos oficiais e às necessidades de sua clientela, advinda da democratização do ensino, a universidade e, sobretudo os cursos de Licenciatura dão sinais de que ainda precisam reformular-se para atender tanto ao aluno que ingressa em suas salas de aula como avaliar o professor que está formando.

No caso da Universidade, há ainda a ausência de atividades que promovam diálogo entre as licenciaturas, afinal todas as licenciaturas formam os professores que vão para as escolas. Como poderemos formar professores desafiados nas escolas a proporem atividades interdisciplinares se na formação inicial ainda não acontece a vivência da interdisciplinaridade?

Diante desse desafio e, entendendo a língua(gem) como elemento de toda e qualquer interação humana e o texto como materialização dessa língua(gem) e ainda compreendendo que, ao abordar questões de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade, transversalidade corremos o risco de falar tudo menos do que é foco no componente curricular que precisamos dar conta. No caso específico do trabalho realizado com leitura e escrita de texto, é natural o uso em todos os componentes curriculares e, mais especificamente nas aulas de Língua Portuguesa. Seria possível realizar esse trabalho interdisciplinar na escola? Como seria possível?

A preponderância (e quiçá ousadia) deste projeto é exatamente tentar tornar aplicável o que tem sido proposto pelas correntes sociointeracionistas para o ensino de língua. Pois não se trata, neste caso, apenas de trazer uma receita de como poderia acontecer o trabalho interdisciplinar com leitura e escrita de texto, diz respeito a concepções de língua(gem) ensino de Língua Portuguesa e dos mitos criados a partir do

que temos vivenciado na escolas e nos cursos de formação sobre o que é ensinar e o que é aprender a partir de uma postura interdisciplinar.

Esse paradigma tem exigido dos cursos de formação (inicial e continuada) constantes reflexões sobre as práticas educativas e reformulações nas formas de aprender e ensinar, sobretudo, no que concerne às atividades de ler e escrever a língua oficializada no país – o Português, considerando que o estudante já chega à escola sabendo a língua em sua modalidade oral.

Neste sentido, a docência em Língua Portuguesa no Ensino Básico tem-se constituído como um grande desafio para os professores e alunos. Tal desafio torna-se mais expressivo quando refletimos sobre o papel que o componente curricular Língua Portuguesa precisa desempenhar diante de todas as reformas que têm acontecido na sociedade e nas diretrizes nacionais para a educação.

Em resposta às mudanças sociais e à democratização do ensino concretizado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, docentes e discentes, sobretudo da rede pública, procuram ajustar o ensino e a aprendizagem a parâmetros que possam convergir com a necessidade de formar e de formar-se cidadãos éticos. Nesta perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa tem uma função social que é implementada pelo seu objeto de ensino: o texto escrito, oral e/ou não verbal. Destarte, o texto em suas mais variadas formas e nos seus diversos usos/funções consolida-se como objeto de estudo/ensino de Língua Portuguesa e é por meio dele que os sujeitos concretizam seus pensamentos dentro e fora da escola.

É com o olhar voltado para o texto que entendemos que o ensino de LP em suas duas grandes áreas - língua e literatura – deve e pode acontecer de forma consonante. Pois, ensinar/aprender língua e literatura, mediada pelo texto é, a nosso ver, a função do componente curricular Língua Portuguesa durante o ensino básico. Neste sentido, as aulas de LP devem ser aulas de leitura e de escrita (produção) de textos diversos, usando para a aquisição, aprimoramento dessas habilidades, a análise reflexiva dos elementos linguísticos e literários pertinentes ao texto.

Por isso, fomentar a mediação do texto, não como um pretexto para o ensino de classificações e tipologias, tem sido um desafio nas licenciaturas e nos cursos de formação inicial e continuada, visto que o papel desempenhado pelos professores de LP nas escolas é o de repassar conteúdos gramaticais e interpretação textual, ainda, quando possível

dividirem ou ocultarem a literatura do ensino de língua, o que acontece também no âmbito da universidade.

Porém, em tempos que se proclama a interdisciplinaridade como alvo a ser perseguido na escola, como poderemos separar duas áreas dentro de um mesmo componente curricular que tem a responsabilidade de tornar o aluno produtor de texto e leitor crítico da realidade que o circunda?

Apesar de compreendermos que há, muitas vezes, uma necessidade didática de fazer a separação, insistimos no uso do texto como objeto de estudo linguístico e literário, tanto na escrita quanto na sua leitura e por isso a relevância de realizar uma aproximação maior entre língua e literatura.

Ao acompanharmos os projetos de estágio dos graduandos em letras/português do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas (DLCV), percebemos a dificuldade de termos projetos voltados para o ensino de língua e literatura, que utilizem a leitura e escrita de texto de forma interdisciplinar, delineando qual é a função do componente curricular Língua Portuguesa quando trabalha um determinado tema. Essa dificuldade é vista também nas escolas onde acontecem os estágios, pois nos deparamos com situações em que o uso do texto é apenas pretexto para ensinar gramática.

Diante da realidade exposta, faz-se necessário abordamos o trabalho a ser feito em LP quer na Universidade, quer na escola, como ensino e aprendizagem de elementos linguísticos e literários e dos demais componentes curriculares, a partir da leitura e produção de textos e, por isso, consideramos necessário delimitar o tema proposto no presente projeto com as seguintes justificativas:

- A leitura e a escrita de texto são consideradas exclusividade do componente curricular Língua Portuguesa na escola;
- O trabalho realizado com o texto na escola do ensino básico ainda restringe-se a fazer a leitura silenciosa e/ou oral e os exercícios de compreensão de texto;
- Embora já visualizamos indícios de atividades interdisciplinares na escola de ensino básico, a falta de planejamento conjunto das atividades cotidianas não tem permitido a que essas ações sejam realizadas e, quando realizadas não são percebidas nem pelos docentes, nem pelos discentes.

- Apesar dos apelos constantes nas formações iniciais e continuadas para que o ensino de Língua Portuguesa volte-se para o texto não apenas como pretexto para fazer a atividade classificatória de gramática, os professores e graduandos de Letras/Português ainda veem a aula de LP como o momento de trabalhar a classificação gramatical;

- O diálogo entre os cursos de licenciatura ainda é muito incipiente para a realização de um trabalho interdisciplinar na Universidade e nas escolas, o que, inclusive, acontece nas licenciaturas em Letras quando separam língua e literatura em campos opostos;

- Os resultados obtidos no PROLICEN 2016, apontaram para a necessidade de olhar o trabalho a ser realizado de leitura e produção textual não apenas no componente Língua Portuguesa.

Diante das justificativas ora apontadas, trazemos a discussão tanto de aspectos mais gerais, como é o da interdisciplinaridade, da formação inicial e continuada do professor de LP para/no ensino básico, quanto aspectos mais específicos do ensino de língua e literatura, tais como as noções de texto, de leitura, de escrita e de análise linguística.

PROBLEMATIZAÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa tem enfrentado desafios das mais diversas ordens, quer pelas exigências que toda a sociedade (os pais, o aluno, os colegas que lecionam outro componente curricular, os programas e projetos propostos pela instância governamental, os diversos documentos que regulam o ensino de LP, os exames nacionais que avaliam o ensino, entre outros), quer pelas próprias condições (tempo para leitura, reflexão sobre a prática na sala, alunos desmotivados a compreenderem para que servem as aulas de LP, entre outras) que são dadas para desenvolver no aluno as habilidades de leitura e de escrita que poderão servir para alcançar o objetivo mais amplo do ensino básico: formar o cidadão.

Diante desta realidade, problematizamos dois aspectos da leitura e da escrita de texto como peça fundamental para realizar ações de interdisciplinaridade na escola do ensino básico: primeiro, qual é o lugar da leitura e da escrita de texto no componente

curricular Língua Portuguesa e qual é o seu lugar nos demais componentes curriculares. E ainda como os cursos de formação inicial e continuada podem e devem suscitar em si mesmos e nas escolas o trabalho interdisciplinar com leitura e produção textual.

Mediante tais problematizações, trazemos o que preconizam os PCN do Ensino Fundamental II de LP, quando afirmam que:

A razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio; a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção; as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos. (BRASIL: 1998, p.19).

Os sentidos que devem(riam) ser dados ao ensino de LP nas escolas brasileiras, segundo o documento, vão ao encontro ao que propomos no presente projeto e nos levam a acreditar na necessidade da vivência de atividades de ensino que proporcionem experiências em docência com leitura e produção de textos literários não e/ou dentro de outros componentes curriculares, dimensionando a língua não apenas como código, mas como instrumento de interação e, portanto, importante na tão almejada formação para a cidadania. É essencial a experiência de trabalhar as atividades efetivas com o texto, usando os mecanismos linguísticos, literários, culturais e sociais para formar leitores e produtores de textos durante os anos que o aluno permanece na educação básica e não apenas na aula de Língua Portuguesa.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democratização da escola e o acesso de todos à educação têm propiciado a entrada e a permanência de sujeitos das diversas realidades socioculturais, o que tem exigido da escola repensar as suas prioridades e, de maneira singular, o seu currículo. Visto que é a escola a maior agência de letramento e responsável pela inserção da maioria dos sujeitos ao mundo da escrita, o que lhe impõe o dever de dar sentido aos usos da escrita dentro e fora da escola. A partir dessa definição do papel que a escola deve desempenhar, evidencia-se o que é preciso fazer, como diz Lerner (2002, p.17-8) quando afirma que

O necessário é fazer da escola uma comunidade de leitores que recorrem aos textos buscando respostas para os problemas que precisem resolver [...] O necessário é fazer da escola uma

comunidade de escritores que produzem seus próprios textos para mostrar suas ideias [...] o necessário é fazer da escola um âmbito onde leitura e escrita sejam instrumentos poderosos que permitem repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento [...] O necessário é, em suma, preservar o sentido do objeto de ensino para o sujeito da aprendizagem, o necessário é preservar na escola o sentido que a leitura e a escrita têm como práticas sociais para conseguir que os alunos se apropriem delas, possibilitando que incorporem à comunidade de leitores e escritores, a fim de que consigam ser cidadãos da cultura escrita.

Em outras palavras é preciso fomentar a leitura e a escrita como forma de inserir o sujeito nas práticas sociais. Quase sempre quando falamos de leitura e ou escrita de textos sempre nos reportamos a um único componente curricular: a Língua Portuguesa. Todavia é necessário dar visibilidade ao texto não como algo exclusivo das aulas Português, pois ao falarmos em texto já nos remetemos ao uso interdisciplinar que perpassa por esse objeto de ensino, haja visto que, assim como acontece na aula de Língua Portuguesa, todos os outros componentes curriculares utilizam-se da leitura e escrita de texto para trabalharem seus conteúdos em sala de aula.

Mesmo se entendemos que o trabalho realizado em LP está centrado em atividades de leitura e escrita de texto, não podemos dizer que o uso do texto é uma exclusividade do ensino de Língua. Há, pois, no texto, inclusive no literário, a possibilidade de ser abordado por componentes curriculares diversos, advém de tal afirmativa o seu caráter interdisciplinar, multidisciplinar e transversal.

Porém, como atividade interdisciplinar, é necessário ter clareza do que, em cada componente pode ser trabalhado, no objeto ou no tema comum. No caso particular de Língua Portuguesa, podemos usar textos de diversas áreas para realizar atividades de leitura e/ou escrita, porém é importante demarcar o que se faz com esse texto ou tema dentro da aula de LP, para não incorrer no erro de só realizar atividades que busquem o texto pelos elementos linguísticos em si mesmos ou de apenas generalizar o tema. Como corrobora Geraldi (2013, p.3) quando diz que

Tratar um tema multifacetário é sempre um risco. Risco que se apresenta de duas formas: ou bem o especialista restringe-se ao ponto de vista de sua disciplina, excluindo outros em nome da conveniência de delimitar a questão, ou bem “corre à rédea solta na multidisciplinaridade e cai numa deriva que leva frequentemente a deixar o campo de sua disciplina para tudo dizer, tudo descrever, ser especialista em tudo e de fato nada dizer” (Fall, 1998: 74) [grifo do autor]

Neste sentido, vemos que a atividade ou projeto interdisciplinar, como preferem os documentos oficiais, deve permitir que diante de um objeto ou de um tema específico cada componente curricular trace metas para trabalhá-lo, abordando o conteúdo que lhe é peculiar. No caso específico do componente Língua Portuguesa, a interdisciplinaridade pode acontecer com componentes da área comum ou de outras áreas, visto que o trabalho de leitura e escrita de texto é interdisciplinar. Portanto pode-se usar um texto da Matemática, um gráfico ou um texto sobre cultura que o professor de História, de Inglês, de Educação Física usaria. Porém é relevante pensar o que o professor de Língua Portuguesa proporia como atividade mediante o texto e o de Educação Física proporia.

Ao realçarmos o lugar que cada componente tem quando realizamos uma ação interdisciplinar, ratificamos a ideia de que há abordagens distintas para um mesmo objeto em componentes curriculares distintos. Como o componente curricular sobre o qual nos debruçamos é a Língua Portuguesa, consideramos relevante trazermos para a discussão teórica referente às concepções de língua e de texto.

Com a finalidade de repensarmos o lugar do texto, da leitura e da produção textual na aula de Língua Portuguesa na educação básica, consideramos conveniente apresentarmos o que diz Castilho (1998) sobre o ensino de LP e os modelos teóricos que perpassam as “escolhas” da postura pedagógica da língua.

O ensino da Língua Portuguesa, segundo Castilho (1998), baseia-se em três modelos teóricos de interpretação da língua humana: a língua como atividade mental (linguagem como expressão do pensamento), a língua como estrutura (linguagem como instrumento de comunicação) e a língua como atividade social (linguagem como forma de interação).

Na concepção da linguagem como atividade mental, acreditamos que a expressão é produzida no interior da mente do indivíduo que a organiza e a exterioriza, por meio de uma linguagem articulada, sendo essa, a “tradução” do pensamento. A partir dessa concepção, temos um ensino de língua focado na aprendizagem da gramática teórico-normativa, quase totalmente desvinculada das práticas de leitura e produção textual. O texto nessa perspectiva é apenas um instrumento a decodificar e o leitor, um decodificador dos significados desse texto. Com relação à produção escrita, tem-se a procura por escrever “bem”, a partir dos modelos consagrados pelos “bons escritores da língua”, nos

quais o objetivo principal é a correção formal da linguagem (CORACINI, 1995, p. 13-15).

A concepção da linguagem como estrutura ou instrumento de comunicação, segundo Travaglia (1996, p. 110), compreende a língua como um código ou “conjunto de signos que se combinam segundo regras e que é capaz de transmitir uma mensagem de um emissor a um receptor”. É uma concepção que foi representada pelo estruturalismo, a partir de Saussure e posteriormente Jakobson e pelo transformacionalismo, a partir de Chomsky.

Em termos de ensino da gramática, houve um incentivo à internalização de hábitos linguísticos, por meio de atividades de seguir modelos, de múltipla escolha, ou preenchimento de lacunas, bem como, o aprendizado de noções da teoria da comunicação e funções da linguagem. O texto, nessa perspectiva, continua sendo apenas um instrumento através do qual é possível detectar as diferentes funções da linguagem, e o leitor, um decodificador e investigador dessas funções. As práticas de escrita acontecem a partir do conhecimento das “técnicas de redação” que orientam a organização de textos a partir de “modelos adequados”.

A terceira concepção de linguagem, ou língua como forma de interação, compreende a linguagem como o local das relações sociais e o diálogo, como caracterizador da linguagem. Nessa perspectiva, conforme Travaglia (1996, p. 110), os falantes atuam como sujeitos ativos no processo de produção de sentidos dos textos:

Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento [...], mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é, pois um lugar de interação humana, através da produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em dada situação de comunicação e dentro de um contexto sócio-histórico e ideológico.

O objeto de ensino da língua, na perspectiva sociointeracionista, é o gênero discursivo e o texto é a *unidade de ensino*, de onde devem partir as práticas de leitura, as produções textuais e a análise e reflexão sobre a língua. A leitura, então, é atividade de interação entre autor-texto-leitor e o leitor, o indivíduo que aciona seus conhecimentos prévios para compreensão das marcas e pistas deixadas pelo autor. A escrita, nessa concepção, é o local da produção e análise da produção de sentidos, da aplicação de elementos referentes à organização composicional e da seleção das marcas linguísticas

adequadas ao gênero discursivo em questão e à situação comunicativa em que esse está inserido (CORACINI, 1995).

Mais recentemente, outra concepção tem estado em pauta. É a que toma a linguagem na percepção discursiva, onde tanto o autor quanto o leitor são considerados produtores de sentidos possíveis e o texto é a unidade de análise ou a materialidade da unidade teórica (discurso). Nessa concepção, a leitura é um processo discursivo, determinado pelo momento sócio-histórico e pela formação discursiva do autor e leitor, como explica Orlandi (2007, p. 76-77):

O leitor tem sua identidade configurada enquanto tal pelo lugar social em que se define “sua” leitura, pela qual, aliás ele é considerado responsável. Isso varia segundo a forma histórica, tal como para a autoria: não se é autor (ou leitor) do mesmo modo na Idade Média e hoje. Entre outras coisas, porque a relação com a interpretação é diferentes nas diferentes épocas, assim como também é diferente o modo de constituição do sujeito nos modos como ele se individualiza [...]

Dessa forma, de acordo com Coracini (1995, p. 18), o texto ganha novos sentidos a cada “situação de enunciação (leitura)”, e é o leitor, “o ponto de partida da produção de sentido”, e não mais o texto. Nessa perspectiva, além da interação entre autor-texto-leitor, deve ser considerado outro fator: o contexto, que é visto enquanto textual e não linguístico, e que representa as circunstâncias da enunciação.

Ao considerarmos o ensino de língua por esse último modelo, contemplamos a realidade de dar ao texto lugar que é merecido e para o qual intentamos desenvolver atividades de pesquisa e ensino. Portanto, ao acreditarmos na centralidade do texto no ensino de língua, defendemos neste projeto a sua eminente possibilidade de entendê-lo tanto pelo uso de recursos linguísticos quanto literário um só tempo. Ao mesmo tempo em que podemos concebê-lo como interdisciplinar como nos colocamos no presente projeto.

Desta forma, reiteramos a nossa vivência, enquanto professoras de Estágio Supervisionado, na perspectiva linguística, mas em parceria com os Estágios voltados para a Literatura, tem-nos oportunizado percebermos os ganhos que acontecem com essa “interdisciplinaridade” e quando vemos o texto não mais como simples pretexto para ensinar gramática, mas ampliando o seu escopo para ver que, naturalmente, o texto é formado por elementos linguísticos, o que permite realizar atividades de língua tanto durante a leitura/interpretação quanto na escrita/produção textual, bem como aspectos

literários inerentes a textos com traços que permitem leitura e escrita não só da palavra em seu sentido linguístico. Pois, como afirma Cosson (2012, p. 17) é:

Na leitura e na escritura do texto literário encontramos o senso de nós mesmos e da comunidade a que pertencemos. A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. É por isso que interiorizamos com mais intensidade as verdades dadas pela poesia e pela ficção. (...) ficção feita palavra na narrativa e a palavra feita matéria na poesia são processos formativos tanto da linguagem quanto do leitor e do escritor.

Em consonância com este posicionamento, vemos que a aula de Língua Portuguesa, segundo os moldes que a sociedade tem exigido, aponta para a necessidade de formar o leitor e o produtor dos textos diversos, capazes de gerenciar os usos da linguagem em situações que suscitam habilidades e competências para utilizar a língua oral e/ou escrita na construção da cidadania. É neste cenário que se instaura o texto literário ou não e que nos faz redimensionar o olhar para pensarmos a prática pedagógica do professor de Língua Portuguesa do Ensino Básico na formação continuada e os cursos de licenciaturas na formação inicial.

A nosso ver, é necessário que as formações iniciais e continuadas em LP proporcionem ao estagiário de Letras e ao professor na escola uma reflexão-ação-reflexão da prática pedagógica voltada para implementação de projetos e/ou sequências didáticas que envolvam os estudantes no seu processo de aprendizagem, fazendo-os sentirem-se motivados a reelaborar os conceitos e justificativas para aprenderem uma língua sobre a qual já tem um certo conhecimento, sobretudo no que diz respeito à leitura e à escrita. Pois, como adverte Cosson (2012, p. 57):

[...] compor a motivação com uma atividade de leitura, escrita e oralidade parece ser uma medida relevante para a prática no ensino de língua materna na escola. Além disso, essas atividades integradas de motivação tornam evidente que não há sentido em separar o ensino de literatura do ensino de Língua Portuguesa porque um está contido no outro.

O autor coloca assim a necessidade lógica de se trabalhar na aula de Língua Portuguesa a Literatura em consonância com a Língua, como temos constatado na aplicação de projetos de estágio em escola da rede pública e o que nos propomos a fazer durante a realização deste projeto, tendo como unidade de ensino o texto.

OBJETIVOS

Gerais:

- Promover e discutir sobre o diálogo entre as licenciaturas na UFPB, enquanto responsáveis pelas formações inicial e continuada dos professores que se encontram na rede pública de ensino e repercussão que tem o diálogo das licenciaturas no trabalho interdisciplinar que os professores dos diversos componentes curriculares realizam no ensino básico.
- Analisar e fomentar o trabalho interdisciplinar com a leitura e produção escrita no ensino básico, vendo o texto como objeto de ensino do componente curricular língua portuguesa e usado em todos os outros componentes da matriz curricular.

Específicos:

- Elaborar e propor atividades de leitura e escrita que possam ser compartilhadas por dois ou mais componentes curriculares na escola de ensino médio;
- Realizar parcerias com outras licenciaturas na UFPB que propiciem a implementação de atividades interdisciplinares a partir dos Estágios Supervisionados de outras licenciaturas;
- Levantar nas escolas a realização de atividades interdisciplinares que tenham como eixo leitura e escrita de textos
- Fomentar a relação interdisciplinar entre diferentes licenciaturas da UFPB, usando como elemento dessa interdisciplinaridade a leitura e a escrita;
- Fomentar a criação de atividades que permitam discussões teóricas sobre ensino de Língua Portuguesa, texto, leitura, produção textual no âmbito da

UFPB e das escolas de ensino fundamental e elaboração de material didático que permitam o ensino de LP;

- Oportunizar estudos teóricos que permitam compreender a prática pedagógica, sobretudo, no que tange à leitura, produção textual, análise linguística, afim de que se possa refletir sobre a prática a partir de pressupostos teóricos que a sustentem;
- Afinar o diálogo entre escola e universidade principalmente com o professor de Língua Portuguesa;
- Apresentar trabalhos em eventos que permitam dar visibilidade à pesquisa em andamento.

METODOLOGIA

Inicialmente buscaremos parcerias com outros cursos de licenciatura da UFPB que também já sentem a necessidade dialogar sobre o trabalho a ser realizado nas escolas e com as quais, por meio do Grupo de Pesquisa Estágio, Ensino e Formação Docente e pelo Colóquio de Estágio Supervisionado já iniciamos uma conversa.

Paralelo a essa conversa, faremos o contato com a(s) escola(s) onde observaremos como tem acontecido e se tem (ou não) acontecido ações interdisciplinares, sobretudo com o envolvimento do componente curricular Língua Portuguesa. Utilizaremos além da observação a aplicação de entrevistas. Esta será uma oportunidade para escolhermos a escola onde aplicaremos o material didático a ser produzido em consonância com o trabalho que a escola já realiza.

Faremos encontros semanais na UFPB para realizarmos estudos teóricos sobre interdisciplinaridade, documentos oficiais (BNCC, Diretrizes Curriculares) e sobre ensino de Língua Portuguesa, texto, leitura e produção textual.

Os encontros semanais na Universidade e/ou na escola servirão para efetivarmos o diálogo e as interações de práticas metodológicas de ensino de Língua Portuguesa entre os alunos/estagiários do curso de Letras/Português e professores de LP das escolas envolvidas, para ampliar e consolidar projetos que contemplem leitura e escrita de textos variados, inclusive literários, a serem trabalhados de forma preferencialmente interdisciplinar.

Realizaremos oficinas que permitam elaboração de material didático, de Projetos de ensino, de sequências didáticas e de aulas, através das quais poderemos refletir a preponderância do texto na aula de Língua Portuguesa e de outros componentes curriculares. O desenvolvimento das atividades supracitadas oportunizará:

- A participação dos alunos do curso de Letras/Português nos momentos de planejamento das atividades escolares, bem como na elaboração e implementação de projetos e sequência de atividades de leitura e de escrita de textos nas escolas para colaborar na construção de tais projetos e constituir novas práticas metodológicas de ensino para o ensino de Língua Portuguesa e o trabalho interdisciplinar com outros componentes curriculares.

- A coleta de práticas pedagógicas do ensino de LP nas escolas de Ensino Básico da rede pública de João Pessoa para detectar, analisar e produzir propostas didáticas de incentivo à leitura e à escrita de textos.

- Apresentação, juntamente com os graduandos e professores, do material produzido e dos resultados da pesquisa, em eventos e fóruns de formação de professores estaduais e municipais e, sobretudo nos dois *campi* envolvidos no projeto.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Períodos: 2017.1 e 2017.2

MAIO	Início das atividades com a equipe de trabalho. Organização e elaboração do cronograma de encontros e definição de leituras teóricas sobre interdisciplinaridade, concepções de textos, leitura, escrita e ensino. Levantamentos dos cursos de licenciatura que já trabalham com propostas interdisciplinares.
JUNHO	Visita às escolas e observação das atividades nas unidades escolares. Leitura e socialização dos conceitos construídos sobre interdisciplinaridade, texto, leitura, escrita, análise linguística e ensino. Coleta de dados nas licenciaturas da UFPB e nas escolas. Discussão e análise fundamentadas nas concepções discutidas anteriormente.
JULHO	Leitura de textos teóricos e dos documentos oficiais. Tabulação de dados levantados na escola e nas licenciaturas.
AGOSTO	Socialização dos primeiros resultados das atividades propostas. Elaboração das oficinas a serem trabalhadas nas escolas. Leitura de textos que fundamentem as disciplinas
SETEMBRO	Aplicação das oficinas elaboradas. Elaboração de artigo a partir de um dos enfoques propostos e discutidos pelo grupo.
OUTUBRO	Participação no VI SIMELP em Santarém, Portugal. Produção de material didático a partir das observações feitas nas atividades aplicadas em sala e orientação de projetos didáticos na escola. Resultados parciais da realização das oficinas
NOVEMBRO	Produção de material didático segundo a demanda das escolas. Participação em eventos.
DEZEMBRO	Organização e elaboração do relatório final.
FEVEREIRO 2018	Entrega do Relatório final.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclo do ensino fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília, MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, Ataliba de. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 1998.

CORACINI, Maria José R. Faria. *O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1995.

COSSON, Rildo. *Letramento literário*. Teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2012.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de Passagem*. 5. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

LERNER, D. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Trad.: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Ensino de gramática numa perspectiva textual interativa. In: AZAMBUJA, J. Q. (Org.) *O ensino de Língua Portuguesa para o 2º grau*. Minas Gerais: UFU, 1996.

Acesso realizado em 24 de março de 2016.

Acesso em 30 de março de 2016.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf&category_slug=julho-2013-pdf&Itemid=30192